



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Tribuna Independente

Data
Sexta-feira, 05 de fevereiro de 2010

27ª VARA

TJ designa substituta de nova desembargadora

O presidente em exercício do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), desembargador Pedro Augusto Mendonça, publicou, na edição de ontem, do Diário da Justiça eletrônico, uma portaria designando a juíza **Maria Lúcia de Fátima Barbosa Pirauá**, da 5ª Vara Criminal da Comarca de Arapiraca, para responder também pela 27ª Vara Cível da Comarca da Capital - Família. A magistrada deverá substituir a juíza Maria Catarina Ramalho, aclamada por merecimento para integrar o Pleno do TJ/AL em eleição realizada no último dia 26. No ano passado, Fátima Pirauá foi uma das coordenadoras da Semana de Conciliação, que teve o objetivo de auxiliar no cumprimento da Meta 2, estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça.



Página 2



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

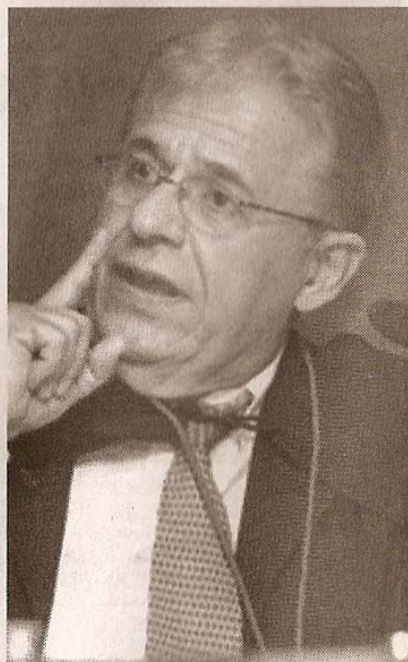
Veículo
Tribuna Independente

Data
Sexta-feira, 05 de fevereiro de 2010

OPERAÇÃO MULETA

Manso quer apuração de 'excessos' da 17ª Vara

O desembargador **Orlando Manso** determinou hoje que a Corregedoria do Tribunal de Justiça apure se houve excessos por parte dos juizes da 17ª Vara Criminal da Capital depois que a Polícia Civil deflagrou a Operação Muleta, que investigou fraudes no Dpvat em Alagoas. A decisão de Manso foi baseada em informações dos advogados dos presos durante a ação da polícia. Os juizes teriam negado aos advogados o acesso aos autos da investigação. Além de determinar a verificação da conduta dos juizes, em sua decisão Manso criticou a OAB. "A postura da entidade foi omis-sa", disse. Ontem, Manso negou o pedido de habeas corpus de Manoel Jailton Feitoza, servidor público preso pela Operação Muleta.



Página 2



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Tribuna Independente

Data
Sexta-feira, 05 de fevereiro de 2010

FÁBIO ACIOLI

Primeiras testemunhas do caso serão ouvidas em 3 de março

Juiz não deu certeza sobre laudos no computador

DEBORAH FREIRE
REPÓRTER

A primeira audiência para a oitiva das testemunhas de defesa e acusação do caso Fábio Acioli, estudante morto em 28 de agosto do ano passado, dias depois de ter sido queimado, acontece no próximo dia 3 de março.

A informação do juiz responsável pelo caso, Geraldo Amorim, da 9ª Vara Criminal da Capital, foi feita ontem, dois dias depois da reunião entre o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Gilberto Irineu, e o deputado Judson Cabral, para cobrar das autoridades de segurança respostas sobre o crime.

Entre as cobranças, o posicionamento mais atuante do presidente do Conselho Estadual de Segurança Pública, Delson Lyra, para pedir a elucidação do cri-

me, ainda não aconteceu. A única resposta, até agora, que não foi cobrada na reunião, foi a do juiz.

COMPUTADOR

Apesar do secretário de Defesa Social, Paulo Rubim, não ter esperanças de que a sociedade alagoana conheça os autores intelectuais do homicídio, Amorim afirmou que o processo está em andamento à espera do resultado de diligências determinadas por ele.

Uma delas é a quebra do sigilo das informações contidas no computador de Fábio pelas empresas Microsoft e Google. O juiz não confirmou se as duas empresas já atenderam ao pedido. "O processo não está parado. É o que posso falar. E, ainda que tivesse recebido os laudos, não poderia falar porque o caso segue em segredo de Justiça", disse.

As três delegadas que investigaram o caso, Rebecca Cordeiro, Fabiana Leão e Luci Mônica, não atenderam às ligações da **Tribuna Independente** para se posicionar sobre o assunto e confirmar se os laudos já foram enviados e quais as demais diligências citadas por Amorim. A última ação mais relevante da Polícia Civil foi indiciar os autores materiais do homicídio. Foram presos Wanderlei do Nascimento Ferreira, Carlos Eduardo Souza e Rafael Cícero de França.

Por falta de provas, nem os nomes dos suspeitos de autoria intelectual foram revelados pelas delegadas. No entanto, Gilberto Irineu, da Comissão de Direitos Humanos, lembrou que o anseio da sociedade é pela apresentação do mandante ou dos mandantes do crime. Sobre a possibilidade de esse ser mais um crime impune, Irineu respondeu apenas com "espero que não".